



Relatório trimestral

Projeto Racismo Religioso

Organização: Ilê Axé Omi Ogun siwajú
Nome: Gustavo Melo Cerqueira
E-mail: melocerqueira111@gmail.com
Período do relatório: outubro a dezembro de 2021

Relatório trimestral para o Instituto de Raça, Igualdade e Direitos Humanos
Data de entrega: 28/12/2021

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1.1. Desenvolvimento do planejamento interno, incluindo plano de comunicação para o próximo trimestre;
- 1.2. Identificação de problemas recorrentes nos candomblés de zona rural do Recôncavo Baiano;
- 1.3. Definição de plano de comunicação e contatos iniciais com as lideranças de comunidades de terreiro;
- 1.4. Avanço no diálogo com instituições locais potencialmente parceiras;
- 1.5. Identificação de temas pertinentes para formulação de material pedagógico.

II. CONTEXTO E DESAFIOS

A região do Recôncavo Baiano concentra grande número de terreiros de candomblé de diversas nações, alguns com grande importância e intensa atividade. Muitos desses terreiros são localizados em área urbana, enquanto alguns estão situados em área rural, como é o caso do Ilê Axé Omi Ogun siwajú. O levantamento inicial de casos de ameaça aos direitos dessas comunidades revela uma situação histórica de violações relacionadas ao território onde se situam alguns desses terreiros. É de conhecimento público, por exemplo, a longa batalha judicial travada entre a comunidade de terreiro Zòògodò Bogun Malè Seja Hùnde e Kwé Seja Hùnde, também conhecido como Roça do Ventura, para se proteger das violações cometidas por posseiros da Fazenda Altamira contra o território e áreas adjacentes a essa comunidade. Também é de conhecimento público o conflito existente entre a comunidade de terreiro Ilê Axé Ici Mimó e posseiros

aleadamente de uma empresa de papel e embalagens da região. Além disso, em área urbana, foram relatadas situações em que o crescimento urbano desordenado resultou na inacessibilidade a recursos naturais relevantes ao culto dos orixás, como nos foi relatado pelo babalorixá Dinho de Oxossi, de Muritiba.

Os contatos com comunidades de terreiro e suas lideranças, nesse primeiro trimestre de atividades, revelou ainda alguns desafios, tais como a relativa dificuldade para a realização de reuniões online, seja pela dificuldade de acesso a internet rápida seja pela questão cultural de se ter o hábito de realizar encontros presenciais. Assim, algumas tentativas iniciais de articular reuniões online malograram, passando a demandar o agendamento de visitas presenciais a essas comunidades. Ainda, observou-se que as lideranças contatadas nesse primeiro trimestre desconhecem a existências de instâncias legais localizadas no Recôncavo Baiano que sejam especialmente dedicadas à proteção dos direitos das comunidades de terreiro no que tange à questão religiosa.

Esse conjunto de fatores nos leva à conclusão, também, de que além do nosso processo de articulação feito diretamente com as comunidades, será necessário trazer alguns parceiros que trabalhem com as comunidades de terreiro seja de modo diretamente relacionado à questão religiosa, seja através de ações transversais aos interesses dessas comunidades como, por exemplo, instituições ou lideranças que têm trabalhado sobre as questões de segurança alimentar ou para a regularização de posse e/ou propriedade da terra onde essas comunidades estão situadas.

III. ATIVIDADES

- Participação em reuniões gerais de planejamento com as organizações participantes do projeto. Essas reuniões foram fundamentais tanto para detalhar os aspectos fundamentais do projeto como para revelar as especificidades que percebi nos primeiros contatos feitos no Recôncavo Baiano, como a necessidade de investir em encontros presenciais e a relevância da questão da posse e propriedade dos territórios das comunidades de terreiro. Importante ressaltar que, a partir dessas reuniões de

planejamento, o Ilê Axé Omi também passou a se reunir com lideranças religiosas que não estão diretamente ligadas ao projeto a partir do grupo Terreiros em Luta. O grupo se formou como consequência de trabalhos de articulação que vinham sendo feitos por lideranças de comunidades de terreiro, tanto aquelas que participam do presente projeto quanto outras que vêm atuando em outras frentes.

- Participação nos cursos de formação: Workshop sobre RPU, ministrado pela UPR Info, Curso sobre a situação legislativa e jurídica do combate ao racismo religioso no Brasil, ministrado por Bárbara Correia e Capacitação para Medidas Cautelares e Provisórias com membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O material desses cursos certamente consubstanciará o material pedagógico e a metodologia a ser aplicada nos cursos que serão feitos com as lideranças de comunidades de terreiro e com juristas, conforme previsto no projeto de atividades do Ilê Axé Omi Ogun síwajú.
- Contratação de um articulador. Jovem, negro, estudante universitário e candomblecista recém-iniciado no candomblé, Hallan Barbosa circula nos terreiros de candomblé da região desde sua infância, o que traz para o projeto maior penetração nas comunidades de terreiro da região e auxilia na definição das melhores estratégias de ação.
- Contratação de uma assessora de comunicação. Mulher, negra, jovem e estudante universitária, Daniele Souza está afeita ao trabalho de comunicação em redes sociais, bem como redação de pautas e contato com a imprensa. Assim, poderemos adquirir uma linguagem ágil que disseminará de modo eficaz em redes sociais e na imprensa as ações que estão sendo desenvolvidas no projeto. Ainda, o trabalho de Daniele envolve a produção de cards tanto para postagem em redes sociais quanto para comunicação interna, via whatsapp, com as lideranças religiosas. A ideia principal é que o clima local e familiar feito com o articulador junto às lideranças religiosas se equilibre com a institucionalidade e

profissionalismo com que estamos conduzindo o projeto, o que ficará visível pelo trabalho que será feito em redes sociais a partir do próximo trimestre.

- Contatos estabelecidos com comunidades de terreiro localizadas no Recôncavo Baiano. Foram feitos contatos iniciais por telefone e em encontros em cerimônias religiosas. Só no próximo mês os convites serão formalizados com envio de carta, cujo esboço já está definido. Nesse sentido, estamos percebendo alguma dificuldade de confiança mútua entre alguns dos terreiros contatados, não apenas deles em relação a nós, mas entre eles próprios.
- As cartas-convite para o conselho consultivo serão enviadas por Criola, a partir de esboço que ajudamos a construir e dos contatos que estamos compilando.
- Construção de parcerias com outras organizações. Durante esse primeiro trimestre, atentos à questão da violação ao território como um problema característico na região, sobretudo na zona rural, fizemos contato com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Félix/BA, para identificarmos quais medidas poderiam ser tomadas para solução de conflitos de posse. A partir dessas reuniões, identificamos alguns dos problemas mais frequentes na posse e/ou propriedade dos terrenos da zona rural – alguns dos quais abrigam terreiros de candomblé – e de como proceder para emissão de Certidão de Posse, de modo a dar maior proteção a essas comunidades. Ainda, estamos mantendo diálogo com a Associação Cultural de Agricultores Familiares das Comunidades Quilombolas de Santo Antônio e Vidal para desenvolvimento de atividades voltadas ao incremento de metodologias que autonomia e segurança alimentar das comunidades de terreiro, bem como para a manutenção de áreas e espécies vegetais importantes para o culto dos orixás. Esse diálogo ainda está em andamento e sendo avaliado quanto à sua viabilidade e pertinência às questões de violação que receberão maior atenção durante o desenvolvimento das atividades.
- Proposição de temas para formulação de cartilha. Nesse quesito, estamos sistematizando os temas trazidos pelos cursos ministrados pela Raça e Igualdade e instituições parceiras no que tange aos

remédios jurídicos disponíveis no plano internacional, bem como estamos sistematizando as informações repassadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais quanto aos mecanismos disponíveis para regularização de posse da terra.

IV. IMPACTOS

- Participação em 3 reuniões de planejamento
- Participação em 3 cursos de capacitação
- Contratação de 1 articulador
- Contratação de 1 assessora de comunicação
- Contato com 4 lideranças de comunidades de terreiro com o intuito de realizar uma reunião ampliada no mês de janeiro.
- Formação interna, com 15 membros da comunidade do Ilê Axé Omi para contextualizar os membros da comunidade quanto à nossa atuação neste projeto.
- Formulação de um plano de comunicação, incluindo estudos para logomarca do Ilê Axé Omi Ogun siwajú, definição de paleta de cores e formulação de estudos de cards para postagem em Facebook e Instagram
- Construção, em andamento, de parceria com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de São Félix-BA, e com a Associação Cultural de Agricultores Familiares das Comunidades Quilombolas de Santo Antônio e Vidal
- Proposição de temas e informações para as cartilhas tem seu foco, por enquanto, na questão do território, autonomia e soberania alimentar, além de identificação de instituições de proteção aos direitos das comunidades de terreiro.
- Estímulo a atendimento psicossocial ainda depende da identificação de onde e como essas instituições funcionam na região.

V. DESAFIOS

Existe ainda um clima de desconfiança com a apresentação do projeto. Apesar de demonstrações de apreço quanto à sua importância, existe um clima sutil de competitividade que precisa ser contornado aos poucos. Ainda, a necessidade de contatos presenciais traz maior lentidão, uma vez que é necessário organizar uma agenda que não entre em conflito com os diversos compromissos assumidos pelas lideranças religiosas, incluindo as próprias cerimônias que lideram. Por fim, apesar de não se haver grande estímulo a reuniões virtuais, o acesso à internet rápida é fundamental para disseminar comunicação sobre o desenvolvimento do projeto, bem como para o desenvolvimento da comunicação em redes sociais. O Ilê Axé Omi ainda não encontrou uma solução adequada para esse problema em nossa comunidade.

VI. CONCLUSÃO GERAL

O primeiro trimestre foi fundamental para organização interna e identificação das especificidades locais para planejar os melhores meios de engajar as lideranças comunitárias locais para participar das atividades que serão desenvolvidas pelo projeto. Os contatos iniciais apontam alguns desafios que tinham sido antecipados (a preferência por reuniões presenciais, por exemplo), mas trazem uma dificuldade adicional, qual seja o de uma certa desconfiança mútua entre os terreiros da região. Não é algo generalizado, mas foi percebido em alguns momentos pelo modo como um terreiro se referia ao outro. Algo contornável, mas que também demanda mais tempo de contato e de cultivo de relação.

VII. ATIVIDADES FUTURAS

- Construção de parcerias;
- Avanço nos contatos com lideranças de comunidades de terreiro do Recôncavo Baiano;
- Realização de primeira reunião ampliada com lideranças de comunidades de terreiro do Recôncavo Baiano;



Relatório trimestral

- Implementação do plano de comunicação;
- Sistematização de temas a serem incluídos em material pedagógico sobre combate ao racismo religioso;
- Levantamento de instituições locais que atuem especificamente no combate ao racismo religioso;
- Contribuição para elaboração de relatório sobre impacto da intolerância religiosa.

VIII. ANEXOS